

Nome: Gabriel de Souza Santos

1º D. S.

Trabalho de Português – Escolher uma notícia e realizar o resumo e resenha dela.

Notícia:

Petrobras pede mais tempo ao STF para explicar aumento nos combustíveis



Edifício sede da Petrobras

Imagem: Fernando Fracão/Agência Brasil



Do UOL, em São Paulo

22/06/2022 22h46 | Atualizada em 22/06/2022 23h14

A [Petrobras](#) pediu mais cinco dias, contados a partir de sexta-feira (24), ao [STF](#) (Supremo Tribunal Federal) para responder às solicitações da Corte sobre os reajustes nos [combustíveis](#) realizados pela estatal.

Na última sexta-feira (17), o ministro André Mendonça, determinou que a

A [Petrobras](#) pediu mais cinco dias, contados a partir de sexta-feira (24), ao [STF](#) (Supremo Tribunal Federal) para responder às solicitações da Corte sobre os reajustes nos [combustíveis](#) realizados pela estatal.

Na última sexta-feira (17), o ministro André Mendonça, determinou que a estatal informasse, no prazo de cinco dias — válido até a sexta —, sobre os critérios adotados para a política de preços estabelecida nos últimos 60 meses pela petroleira. No mesmo dia da determinação da Corte, a estatal havia anunciado o reajuste no [valor da gasolina em 5,2% e o do diesel em 14,2%](#).

RELACIONADAS



Estados revogam alíquota única de ICMS do diesel, após decisão de Mendonça



Comitê da Petrobras decidirá indicação de novo presidente na sexta-feira



Procuradores pedem no STF que Gilmar revogue decisão de Mendonça sobre ICMS

A decisão de Mendonça foi tomada na ação que tramita na Corte e que discute a regulamentação dos Estados sobre o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) único para combustíveis. O ministro determinou, [na semana passada](#), que as alíquotas do ICMS cobradas sobre todos os combustíveis devem ser iguais em todo o país, a partir de 1º de julho.

A decisão de Mendonça foi tomada na ação que tramita na Corte e que discute a regulamentação dos Estados sobre o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) único para combustíveis. O ministro determinou, na semana passada, que as alíquotas do ICMS cobradas sobre todos os combustíveis devem ser iguais em todo o país, a partir de 1º de julho.

Em resposta à determinação de Mendonça, a estatal alegou um "grande volume de dados a serem analisados para apuração das informações e documentação requisitados".

A Petrobras ainda explicou que até sexta-feira (24) enviará "parte da documentação requisitada que conseguir levantar até aquela data, que abrangerá os anos de 2017 e 2018, como se estima".

"Não obstante, a PETROBRAS requer seja-lhe concedido o prazo adicional de mais 05 (cinco) dias ao já originalmente fixado para que possa apresentar as informações requisitadas e a documentação completa, referente a todo o período, até o dia 01/07/2022", solicitou a petroleira à Suprema Corte.

Determinação de Mendonça

Na determinação, o ministro exigiu que a Petrobras envie ao STF a cópia de toda documentação (relatórios, atas, gravações em áudio ou vídeo de deliberações etc.) que subsidiou suas decisões de reajuste neste período, para mais ou para menos.

A estatal também precisará apresentar ao Supremo documentos que

Determinação de Mendonça

Na determinação, o ministro exigiu que a Petrobras envie ao STF a cópia de toda documentação (relatórios, atas, gravações em áudio ou vídeo de deliberações etc.) que subsidiou suas decisões de reajuste neste período, para mais ou para menos.

A estatal também precisará apresentar ao Supremo documentos que subsidiaram sua decisão quanto à adoção da atual política de preços, especificamente no que concerne à utilização do Preço de Paridade Internacional (PPI) — mecanismo que está na mira do presidente [Jair Bolsonaro](#) (PL), responsável pela indicação de Mendonça ao tribunal.

O ministro ainda exigiu que a Petrobras informe ao STF o conjunto de medidas tomadas para o cumprimento da função social da empresa estatal, "em face das flutuações de preços dos combustíveis eventualmente ocorridas nos últimos 60 meses".

Além da Petrobras, a ANP (Agência Nacional do Petróleo) foi requisitada também, no prazo de cinco dias, a prestar informações sobre os procedimentos e atos adotados a respeito da fiscalização, acompanhamento e transparência da política de preços de combustíveis no país, em especial em relação à Petrobras.

Já ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), determinou que sejam enviados ao tribunal dados a respeito de eventuais procedimentos abertos em relação à Petrobras. "Seus respectivos objetos e o prazo estimado para conclusão levando-se em conta os princípios da eficiência e da duração razoável do processo", ordenou.

Conselho decidirá o presidente da Petrobras na sexta-feira

O Comitê de Elegibilidade da [Petrobras](#) informou ontem que avaliará na sexta-feira (24) se o comunicador Caio Mário Paes de Andrade pode ou não se tornar presidente da estatal. A decisão será tomada em reunião com integrantes dos conselhos de Administração e de Pessoas da companhia. O [comunicado ocorreu depois de a empresa ter recebido os dossiês necessários para analisar a legitimidade da candidatura dele](#), que foi indicado pelo governo do presidente [Jair Bolsonaro](#) (PL).

O Ministério de Minas e Energia confirmou o nome de Caio no início deste mês. O processo tem sido considerado lento pelo governo federal, que tem pressa para mudar o comando da empresa em meio à uma crise travada com a cúpula da estatal, provocada pelo aumento no preço dos [combustíveis](#).

A troca no comando da [Petrobras foi decidida no fim de maio](#). Andrade é o atual secretário especial Desburocratização, Gestão e Governo Digital, ligado ao Ministério da Economia de [Paulo Guedes](#), e responsável pela plataforma do governo (gov.br). Ele também integra os conselhos de administração da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Essa é a terceira troca na chefia da Petrobras durante o governo do presidente [Jair Bolsonaro](#) (PL). A empresa já foi presidida também por Roberto Castello Branco e pelo general Joaquim Silva e Luna.

**Com Weudson Ribeiro e Robson Santos, em colaboração para o UOL, em Brasília, e do UOL, em São Paulo; Estadão Conteúdo*

Resumo

O blog de notícias sobre economia do UOL, noticiou na última quarta (22/06), que a Petrobras pediu tempo para o Supremo Tribunal Federal em relação às solicitações de documentos e informações feitas pela instituição judiciária sobre os aumentos nos preços dos combustíveis da estatal.

A Petrobras informou que há um grande volume de dados para serem analisados em relação às requisições de documentos e informações do ministro do STF André Mendonça, portanto, pediu cinco dias adicionais para a análise. Originalmente, o prazo estabelecido pelo ministro começava no dia 17/06 e teria a duração de cinco dias.

As informações requisitadas envolvem toda a documentação que subsidiaram as decisões dos reajustes de preços feitos pela Petrobras recentemente, incluindo os

documentos que culminaram na decisão da adoção da atual política de preços, o Preço de Paridade Internacional (PPI).

Ainda nesta próxima sexta (24/06), o Comitê de Elegibilidade da estatal irá discutir a decisão sobre a presidência da petroleira. Caio Mário Paes de Andrade, comunicador indicado pelo governo para ocupar o cargo administrativo máximo da empresa, será o centro de discussão dentre os conselhos da empresa.

Resenha

O blog de notícias sobre economia do UOL, noticiou na última quarta (22/06), sobre o pedido de tempo adicional da (péssima) Petrobras para responder às (péssimas) solicitações de documentos e informações feitas pelo (péssimo) Supremo Tribunal Federal, em relação aos reajustes e políticas de preços da (péssima) estatal.

Em meio a esse show de horrores do estatismo político brasileiro, que se mostra, mais uma vez, instável, a petroleira pediu mais tempo à instituição judiciária para a análise de seus documentos, informações e dados, afim de mostrar a sua incompetência em administração e tempo, assim como qualquer estatal, além de demonstrar também a bagunça que é o intervencionista estatismo brasileiro, que consegue intervir em tudo o que quer.

O poder executivo ficou com inveja do judiciário e quis brincar também: demitiu outro presidente da estatal e escolheu um outro qualquer, afim de “controlar” o preço dos combustíveis e não perder tanta popularidade até a eleição. O burocrático conselho da estatal vai analisar a decisão do governo e decidir se Caio Mário Paes de Andrade vai ou não assumir a presidência da petroleira.

A cada dia fica mais difícil não defender a privatização de estatais.